



Ata da 8ª (oitava) reunião ordinária da 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 16ª (décima sexta) Legislatura da Câmara Municipal de Santana da Vargem realizada no dia 24 de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. Às dezenove horas do mesmo dia, reuniram-se em sessão ordinária, sob a presidência da vereadora Bruna Renata, os vereadores da Câmara Municipal de Santana da Vargem. A primeira secretária, a vereadora Silmara Girlaine realizou a chamada e verificou estarem todos os vereadores presentes. A Presidente declarou aberta a sessão e foi realizada a oração regimental. Iniciando-se o pequeno expediente, foi lida a ata da última reunião, a 1ª (primeira) reunião extraordinária. Após a leitura, a ata foi colocada em votação tendo sido aprovada e assinada por todos os vereadores. Na sequência foram citados os seguintes documentos: o Requerimento nº 1 e a Indicação nº 6, ambos de autoria do vereador Luiz Felipe. Inscreveu-se na tribuna livre a senhora Umbelina Maria de Mesquita e outros munícipes para falarem sobre o mau odor exalado pelos processos industriais da empresa CP Agrícola. A presidente passou o pronunciamento dos munícipes para a parte final da reunião. No grande expediente foram apresentadas as seguintes proposições: o **Projeto de Lei Complementar nº 3 de 2025** que "Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo", alterando o Anexo Atribuições da Lei Complementar 023, de 31 de março de 2022, com o objetivo de criar o cargo de Monitor de Transporte Escolar; o **Projeto de Lei Complementar nº 4 de 2025** que "Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo", alterando o Anexo Atribuições da Lei Complementar 023, de 31 de março de 2022, a fim de criar vagas para o cargo de Motorista; com pedido de urgência, o **Projeto de Lei Ordinária nº 19 de 2025** que "Estima Receita e fixa despesas do Município de Santana da Vargem - MG, para o exercício financeiro de 2025", alterando a Lei Municipal nº 1.826, de 10 de dezembro de 2024, visando a abertura de crédito adicional especial", o qual teve o pedido aprovado por unanimidade entre os votantes; com pedido de urgência, o **Projeto de Lei Ordinária nº 20 de 2025** que "Estima Receita e fixa despesas do Município de Santana da Vargem - MG, para o exercício financeiro de 2025", alterando a Lei Municipal nº 1.826, de 10 de dezembro de 2024, com o objetivo de realizar abertura de crédito adicional especial", o qual teve o pedido aprovado por unanimidade entre os votantes; com pedido de urgência, o **Projeto de Lei Ordinária nº 21 de 2025** que "Estima Receitas e fixa despesas do Município de Santana da Vargem - MG, para o exercício financeiro de 2025", alterando a Lei Municipal nº 1.826, de 10 de dezembro de 2024, visando a abertura de crédito adicional especial", o qual teve o pedido aprovado por unanimidade entre os votantes; com pedido de urgência, o **Projeto de Lei Ordinária nº 22 de 2025** que "Estima Receita e fixa despesas do Município de Santana da Vargem - MG, para o exercício financeiro de 2025", alterando a Lei Municipal nº 1.826, de 10 de dezembro de 2024, com o objetivo de realizar abertura de crédito adicional especial", o qual teve o pedido aprovado por unanimidade entre os



votantes; com pedido de urgência, o **Projeto de Lei Ordinária nº 23 de 2025** que "Estima Receitas e fixa despesas do Município de Santana da Vargem - MG, para o exercício financeiro de 2025", alterando a Lei Municipal nº 1.826, de 10 de dezembro de 2024, visando a abertura de crédito adicional especial", o qual teve o pedido aprovado por unanimidade entre os votantes; com pedido de urgência, o **Projeto de Lei Ordinária nº 24 de 2025** que "Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e estima Receitas e fixa despesas do Município de Santana da Vargem - MG, para o exercício financeiro de 2025", alterando a Lei Municipal nº 1.606, de 29 de dezembro de 2021, e a Lei Municipal nº 1.826, de 10 de dezembro de 2024, com o objetivo de realizar abertura de crédito adicional especial", o qual teve o pedido aprovado por unanimidade entre os votantes; com pedido de urgência, o **Projeto de Lei Ordinária nº 25 de 2025** que "Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 e estima Receita e fixa despesas do Município de Santana da Vargem - MG, para o exercício financeiro de 2025", alterando a Lei Municipal nº 1.606, de 29 de dezembro de 2021, e a Lei Municipal nº 1.826, de 10 de dezembro de 2024, visando a abertura de crédito adicional especial", o qual teve o pedido aprovado por unanimidade entre os votantes. Durante a votação do pedido de urgência, o vereador Jackson Luiz pediu a palavra e disse que o Projeto de Lei nº 25 de 2025 refere-se à abertura de crédito para o recebimento de uma emenda parlamentar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinada à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Santana da Vargem. Ele informou que a emenda foi indicada pelo deputado federal Emidinho Madeira, cujo pagamento estava previsto para dezembro, mas sofreu atraso devido ao período eleitoral. O vereador realizou a leitura do ofício enviado pelo deputado e registrou seu agradecimento ao parlamentar e à sua equipe, bem como à APAE pelo trabalho coletivo realizado. Em seguida foi apresentado, com pedido de urgência, o **Projeto de Lei Ordinária nº 26 de 2025** que "Estima Receita e fixa despesas do Município de Santana da Vargem - MG, para o exercício financeiro de 2025", alterando a Lei Municipal nº 1.826, de 10 de dezembro de 2024, com o objetivo de realizar abertura de crédito adicional especial", o qual teve o pedido aprovado por unanimidade entre os votantes. Na ordem do dia foram colocadas em discussão e posteriormente em deliberação, as seguintes proposições: o **Projeto de Lei Complementar nº 2 de 2025** que "Altera o Anexo Atribuições da Lei Complementar nº 23, de 31 de março de 2022, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo, a fim de criar vaga do cargo de Fisioterapeuta III, o qual foi aprovado por unanimidade, com 8 (oito) votos favoráveis dos vereadores: Antonio Afonso, Luiz Felipe, Gilson Vitor, Gleyton de Oliveira, Jackson Luiz, Everton Paulo, Silmara Girlaine e Paulo José em segunda votação, com quórum de maioria absoluta. O vereador Jackson Luiz parabenizou o prefeito pela iniciativa do Projeto Complementar nº 2 de 2025, destacando a grande demanda por



serviços de fisioterapia no município. Ele elogiou a criação de novos cargos para ampliar o atendimento à população e declarou seu voto favorável ao projeto. Na sequência foi colocado em discussão e posteriormente em votação a **Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 1 de 2025** que “Institui a emenda de bancada no Município de Santana da Vargem-MG, a qual foi aprovada por unanimidade, com 9 (nove) votos favoráveis dos vereadores: Bruna Renata, Antonio Afonso, Luiz Felipe, Gilson Vitor, Gleyton de Oliveira, Jackson Luiz, Everton Paulo, Silmara Girlaine e Paulo José. O vereador Jackson Luiz agradeceu e parabenizou o vereador Paulo José pela iniciativa da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 1 de 2025. Ele também agradeceu o convite para assinar a emenda impositiva, ressaltando que essa medida foi criada na legislatura passada e agora está sendo ampliada. Destacou a importância do aumento do valor da emenda, permitindo que os vereadores direcionem recursos para diferentes segmentos. Por fim, declarou seu voto favorável à proposta. O vereador Paulo José agradeceu e ressaltou que, além do aumento da emenda impositiva, a proposta também implementa a emenda de bancada. Ele destacou que o valor destinado aos vereadores para indicações será um pouco superior a um milhão de reais por ano, totalizando mais de quatro milhões de reais ao longo dos quatro anos de mandato. Por fim, declarou seu voto favorável à proposta. Em seguida foram colocados em discussão e posteriormente em votação a **Emenda e subemenda nº 6 de 2025**: Emenda modificativa nº 1, de 21 de fevereiro de 2025, a qual foi aprovada por unanimidade entre os votantes, a qual após ter sido lida, foi aprovada por unanimidade entre os votantes; e o **Projeto de Lei Ordinária nº 18 de 2025** que “Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica no Município de Santana da Vargem, o qual foi aprovado por unanimidade entre os votantes. Em prosseguimento à reunião a Presidente concedeu a palavra à senhora Umbelina que se inscrevera na Tribuna Livre. A Presidente lembrou que a Casa já está atenta à situação e fará um ofício para que sejam verificadas as condições da empresa. A senhora Umbelina, utilizou a tribuna livre da Câmara Municipal para relatar o problema do mau cheiro e da poeira que afetam a população, decorrentes das atividades industriais da empresa CP Agrícola. Ela destacou que o problema persiste há muito tempo sem solução, causando desconforto e prejuízos à qualidade de vida dos moradores. Apesar de reconhecer a importância da empresa na geração de empregos, ela criticou a falta de esclarecimentos e ações concretas para resolver a situação, sugeriu que a Câmara envie um ofício à empresa, convidando ou convocando um representante para prestar esclarecimentos à população e perguntou sobre o que está sendo feito para mitigar o mau cheiro e a poeira, qual a matéria-prima utilizada que causa o odor e quais medidas estão planejadas para o futuro. Ela relatou que os moradores estão perdendo a dignidade em suas próprias casas, com dificuldades para realizar refeições, lavar roupas e manter a limpeza devido ao problema. Por fim, ela enfatizou a necessidade de um diálogo direto com a empresa e pediu apoio da Câmara para garantir que a população não continue



sofrendo sozinha com as consequências das atividades industriais. Em seguida falou o munícipe Sr. Walter da Emater, reforçando os pontos levantados pela senhora Umbelina, destacando a importância de gerar empregos, mas ressaltando que isso não pode ocorrer em detrimento da saúde da população. Ele mencionou que os moradores estão enfrentando sérios problemas de saúde devido ao mau cheiro e à poluição do ar causados pela empresa CP Agrícola, citando inclusive relatos de médicos da região sobre os impactos na saúde, especialmente das crianças. O Sr. Walter compartilhou sua própria experiência, relatando que ele e sua esposa sofrem com problemas respiratórios, como fibrose pulmonar, e que, se a situação persistir, ele poderá ser forçado a deixar a cidade que ama. Ele fez um apelo para que a empresa tome providências urgentes para resolver o problema da poluição do ar, permitindo que os moradores possam respirar com qualidade. Por fim, o munícipe destacou que, embora a empresa seja importante e esteja em crescimento, é essencial que ela assuma a responsabilidade pelos impactos causados à comunidade e adote medidas concretas para garantir um ambiente saudável para todos. Ele encerrou reforçando a necessidade de ações imediatas para resolver a situação. A vereadora Silmara Girlaine lembrou que, desde 2019, vem encaminhando ofícios à empresa CP Agrícola, solicitando providências em relação aos problemas de poluição do ar e poeira que afetam o município. Ela mencionou que, na época, recebeu laudos ambientais indicando que a empresa estava em situação regular, mas as respostas obtidas foram sempre vagas e insatisfatórias. A vereadora destacou que, desde então, vários munícipes a procuraram para reclamar da qualidade do ar, especialmente da poeira proveniente da propriedade da empresa, que tem causado e agravado doenças respiratórias e outros problemas de saúde na população. Ela citou que, em 2019, fez o primeiro pedido formal ao Poder Executivo para que fossem tomadas medidas para reduzir a poluição do ar. No entanto, nos últimos dois anos, a situação piorou significativamente, levando-a a encaminhar novos pedidos de esclarecimentos e ações, leu parte de uma resposta recebida do prefeito no ano passado, que, embora afirmasse que a empresa estava em situação regular, não apresentou soluções concretas para o problema. Por fim, a vereadora informou que, na semana anterior, conversou com o representante Emiro, que está organizando uma reunião com os vereadores e o proprietário da empresa para discutir o assunto diretamente no local e encerrou sua fala reforçando seu compromisso em buscar soluções para o problema. A Presidente convidou a senhora Thamires, Engenheira Ambiental da prefeitura municipal para tirar dúvidas dos munícipes. A engenheira, iniciou sua fala agradecendo o convite e se colocando à disposição para esclarecer dúvidas. Ela relatou que vem recebendo diversas reclamações dos munícipes sobre o problema do odor e da poeira gerados pela empresa CP Agrícola e, por isso, tem realizado visitas ao local para acompanhar a situação. Durante essas visitas, observou que a movimentação de material particulado e o manejo de resíduos a céu aberto, em uma área mais elevada que o município, contribuem para a



dispersão de partículas e odores, que são carregados pelo vento até a cidade. A senhora Thamires informou que já encaminhou ofícios e e-mails à empresa, mantendo um diálogo constante com o engenheiro ambiental da CP Agrícola. Como medida para amenizar o problema, foi acordado com a empresa a implantação de uma barreira verde, com o plantio de eucaliptos e eucaliptos citronela, visando reduzir a poeira e o odor. Ela destacou que a empresa está providenciando o plantio e realizando regas frequentes no pátio para minimizar os impactos, ressaltou que a licença ambiental da empresa é emitida pelo órgão estadual de meio ambiente, cabendo a ele a fiscalização mais detalhada, incluindo a medição da qualidade do ar, uma vez que o município não dispõe de equipamentos para essa finalidade. Ela encerrou sua fala reforçando que mantém contato constante com a empresa e está empenhada em buscar soluções para amenizar os impactos ambientais causados à população. Os munícipes presentes discutiram o assunto e perguntaram à Engenheira sobre a barreira de eucalipto, onde eles pretendem plantá-la.

Ela respondeu às perguntas dos munícipes sobre a barreira de eucalipto, explicando que a sugestão do plantio foi feita em conjunto com outro engenheiro do município, destacou que a barreira será plantada logo após o terreiro da empresa, que é a parte mais alta do terreno, com o objetivo de tentar barrar a dispersão da poeira e do odor em direção ao município mencionando que essa área foi escolhida estrategicamente para mitigar os impactos, especialmente porque a empresa está construindo outro barracão nas proximidades. Os munícipes discutiram a resposta e foi perguntado à Engenheira Ambiental qual matéria prima a empresa produzia que causava o mal cheiro. Ela esclareceu que não possui informações detalhadas sobre a composição química exata do material, explicou que o município não dispõe de equipamentos para analisar a composição química do produto orgânico-mineral utilizado pela empresa. No entanto, informou que, de acordo com os dados repassados pela empresa, a matéria-prima tem composição à base de madeira e celulose. A Senhora Thamires reforçou que essa foi a informação disponibilizada até o momento. Os munícipes discutiram o assunto e reclamando sobre a demora da solução da barreira de contenção. A engenheira ambiental respondeu às reclamações dos munícipes sobre o tempo necessário para a implementação da barreira de contenção, explicando que a empresa mencionou a existência de um filtro para reduzir parte da poeira. No entanto, ela destacou que ainda não teve acesso a esse filtro ou a detalhes sobre seu funcionamento. Por isso, sugeriu que seria interessante convidar representantes da empresa para prestarem esclarecimentos diretamente à população, uma vez que, como representante do Executivo, ela não possui informações detalhadas sobre o processo de granulação e outras operações internas da empresa. Thamires reforçou que a presença dos responsáveis pela empresa seria a melhor forma de esclarecer as dúvidas de forma precisa e transparente. Os munícipes discutiram o assunto. A Presidente agradeceu e passou a palavra livre aos vereadores por



5 (cinco) minutos. O vereador Everton Paulo iniciou sua fala concordando com a sugestão de encaminhar um ofício à empresa CP Agrícola, solicitando informações sobre os projetos que estão sendo desenvolvidos para solucionar o problema do mau cheiro e da poeira. Ele destacou que a proposta da barreira verde, embora válida, pode levar até cinco anos para surtir efeito, o que não resolve o problema de forma imediata. O vereador questionou se a empresa já considerou outras medidas, como o enclausuramento da matéria-prima, a utilização de filtros ou a mecanização do processo de secagem, possivelmente com o uso de caldeiras, sugeriu a apresentação propostas concretas para resolver a questão de forma mais rápida e eficiente, reforçou a importância de encaminhar um documento oficial à empresa, a fim de dar um respaldo à sociedade e pressionar por soluções mais ágeis e efetivas e encerrou sua fala agradecendo a oportunidade de se manifestar. O vereador Paulo José iniciou sua fala relatando que esteve na empresa CP Agrícola na semana anterior, onde foi recebido pelo responsável e teve a oportunidade de conhecer as instalações, mencionou que ela está ampliando um barracão fechado, mas observou que, apesar disso, o problema do odor e da poeira persiste, conforme relatado pela engenheira Thamires e pelos munícipes, concordou com a sugestão de encaminhar um ofício, solicitando esclarecimentos detalhados sobre a matéria-prima utilizada e as medidas que estão sendo tomadas para resolver o problema, destacou que, pelo que sabe, o material é de origem orgânica, mas reforçou a necessidade de obter informações mais precisas diretamente da companhia e considerou que, no momento, a medida mais viável é formalizar o pedido de esclarecimentos por meio de um ofício, a fim de solicitar a empresa a apresentar soluções concretas e transparentes para a comunidade. A senhora Umbelina disse que gostaria da presença dos representantes da CP Agrícola na Câmara Municipal. O vereador Gleyton de Oliveira agradeceu a presença dos munícipes e destacando a importância de tomar medidas para resolver o problema que afeta a população, especialmente em relação à saúde e à qualidade de vida, mencionou que mora em uma região próxima à empresa e relatou que o sofrimento causado pelo mau cheiro e pela poeira é muito grande, O vereador parabenizou a iniciativa de buscar soluções para melhorar a situação e preservar a cidade como um local agradável para se viver, enfatizou a necessidade de agir de forma transparente e aberta, sugerindo que um representante da empresa seja convidado a prestar esclarecimentos à população sobre o que está sendo feito e quais modificações podem ser implementadas para resolver o problema, mencionou a possibilidade de, caso não haja avanços, recorrer a medidas mais drásticas, como acionar o Ministério Público, caso a população entenda que essa seja a solução necessária e encerrou sua fala reforçando a importância de buscar alternativas para resolver a crise de forma eficiente. O vereador Paulo José sugeriu a formação de uma comissão composta por líderes de bairro, propôs que essa comissão, juntamente com os vereadores, possa acompanhar de perto as ações da CP Agrícola para entender



melhor a situação e buscar soluções, reconheceu que a empresa é privada, mas destacou que a Câmara e a comunidade podem buscar uma base legal para atuar de forma correta, encerrou sua fala desejando boa noite a todos, reforçando a importância de unir esforços para resolver o problema. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão desejando boa noite a todos e ordenou que se lavrasse a presente ata, elaborada pela primeira secretária Silmara Giralaine, nos termos do inciso V do art. 35 do Regimento Interno desta Câmara Municipal a qual, após aprovada, poderá ser assinada por todos.

Silmara